

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR DA CONTRATAÇÃO

Implantação de uma unidade básica de saúde na Zona Rural Arrojado.

INÍCIO DO ESTUDO	DESCRIÇÃO	AUTOR
05/02/2024	Elaboração do ETP	Equipe de Planejamento

1. Equipe de Planejamento

INTEGRANTE REQUERENTE			
NOME:	Temistocles Maia de Lucena		
CARGO:	Secretário de Saúde e Saneamento Básico		
SETOR:	Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico		
MATRÍCULA:	584-2	E-mail:	semsabportalegre@gmail.com

INTEGRANTE ADMINISTRATIVO			
NOME:	José Alan da Silva Fernandes		
CARGO:	Diretor de Planejamento		
SETOR:	Secretaria Municipal De Administração e Recursos Humanos		
MATRÍCULA:	587-1	E-mail:	fernandesalanj@gmail.com

INTEGRANTE TÉCNICO			
NOME:	Felipe Medeiros Lira		
CARGO:	Gerências de Obras e Urbanismo		
SETOR:	Secretaria de Municipal de Infraestrutura		
MATRÍCULA:	747	E-mail:	pmp.setorengenharia@gmail.com

2. Objetivo

O Estudo Técnico Preliminar da Contratação é o documento que descreve as análises realizadas em relação às condições da contratação em termos de necessidades, requisitos, alternativas, escolhas, resultados pretendidos e demais características, e que demonstra a viabilidade técnica e econômica da contratação e integra a fase de Planejamento da Contratação de serviço especializado em Construção Civil – conforme regulamentado pela Lei 14133 de abril de 2021.

3. Descrição da Demanda

Acompanhando o entendimento contido no Art 18º da lei 14.133, § 1º no item I, onde pontua a descrição da necessidade da contratação fundamentada em estudo técnico preliminar que caracterize o interesse público envolvido.

Trata-se da necessidade de melhor atender as necessidades dos moradores do Sítio Arrojado, no que se refere as políticas públicas de saúde na atenção básica., conforme a solicitação da Corporação. Vinculado a Documento de Formalização de Demanda (DFD).

Com o provimento da solução, a área requisitante visa a atender a necessidade de garantir a continuidade dos serviços de saúde.

4. Alinhamento entre a contratação e o planejamento

A Prefeitura do Município de Portalegre/RN ainda não elaborou o Plano de Contratações Anual, haja vista a sua não obrigatoriedade, conforme disposto no inc. VII, do art. 12, da Lei 14.133/2021. Além disso, acompanhando o entendimento contido no Art 18º da lei 14.133, § 1º no item II, onde pontua a **demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração.**

O instrumento de planejamento que vincula a gestão é a Lei Orçamentária Anual (LOA). No caso, a demanda se encontra alinhada com a referida lei.

5. Requisitos da Contratação

Acompanhando o entendimento contido no Art 18º da lei 14.133, § 1º no item III, onde pontua os **requisitos da contratação**.

A empresa deve ser do ramo da Construção Civil, comprovadamente apta a construir ou reformar estabelecimentos em estrutura de concreto armado como as instalações prediais necessárias.

A empresa deverá obrigatoriamente apresentar todos os documentos que comprove sua aptidão para o desempenho de atividades pertinentes.

Tomar todas as providências necessárias à fiel execução da entrega dos serviços referentes ao objeto do Contrato.

Cumprir com os prazos, disposições e especificações estabelecidas pela CONTRATANTE.

Comunicar a CONTRATANTE quaisquer ocorrências que impeçam, mesmo que temporariamente, a entrega ou prestação de serviços dos itens pertencentes do objeto a serem fornecidos;

6. Estimativa das quantidades a serem contratadas

Acompanhando o entendimento contido no Art 18º da lei 14.133, § 1º no item IV, onde pontua as estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala.

7. Levantamento de mercado

Acompanhando o entendimento contido no Art 18º da lei 14.133, § 1º no item V, onde pontua o levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar.

A região onde há a necessidade de implementação da unidade de saúde, é na zona rural do município em local de difícil acesso, portanto as características econômicas são baixas, gerando uma oferta baixa nas possíveis soluções para o atendimento da problemática.

Portanto foram pontuadas 2 (duas) alternativas possíveis pela equipe de planejamento, nas quais são:

- I. Construção de uma Unidade Básica de Saúde;
- II. Aluguel de imóvel para funcionamento de uma Unidade Básica de Saúde.

A primeira alternativa propõe a construção da UBS, seguindo todos os parâmetros necessários para uma unidade de saúde, garantindo toda a infraestrutura para o atendimento. Mas, tem a desvantagem do custo oneroso de uma obra nova.

Na região proposta para a implantação da UBS não existem imóveis disponíveis ou compatíveis para locação e funcionamento de uma Unidade Básica de Saúde. Tornando assim uma opção inviável comparada às outras, por se fazer necessário grandes reformas no ambiente que for locado. A opção de reformar as edificações tem o contraponto nas limitações impostas pela estrutura do imóvel como também as limitações impostas por proprietários.

Portanto a alternativa indicada pela equipe técnica é: I. Construção de uma Unidade Básica de Saúde.

8. Descrição como um todo do objeto

Acompanhando o entendimento contido no Art 18º da lei 14.133, § 1º no item VII, onde pontua a descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso.

Conforme orientada pela equipe de planejamento no item 7, o objeto se caracteriza por CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE NO SÍTIO ARROJADO no município de Portalegre, RN.

9. Justificativa para o parcelamento ou não da solução

Acompanhando o entendimento contido no Art 18º da lei 14.133, § 1º no item VIII, onde pontua justificativas para o parcelamento ou não da contratação.

De acordo com o Art. 47 da lei 14.133, § 1º, na aplicação do princípio do parcelamento deverão ser considerados:

- I. A responsabilidade técnica;
- II. O custo para Administração de vários contratos frente às vantagens da redução de custos, com divisão do objeto em itens;
- III. O dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

Tendo em vista os fatores acima, o objeto em questão **não necessita do parcelamento**, pois a divisão de itens pode gerar diferença de qualidade na entrega dos serviços entre diversas empresas, aumentando os custos futuros com possíveis reparos e manutenções.

**10. Conclusão**

Em atenção ao inciso XIII, § 1, do art. 18, da Lei nº 14.133/2021, a Equipe de Planejamento signatária posiciona-se conclusivamente pela **adequação** da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.

Portalegre/RN, 06 de fevereiro de 2024.

Temistocles Maia de Lucena
Secretário de Saúde e Saneamento Básico

Felipe Medeiros Lira
Gerência de Obras e Urbanismo
Portaria Nº 155/2022 – GP/PMP

José Alan da Silva Fernandes
Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos
Diretor De Planejamento/ Integrante Administrativo
Portaria Nº 003/2024 – GP/PMP